

A GEOGRAFIA E SUAS APLICAÇÕES NO PLANEJAMENTO¹

GEOGRAPHY AND ITS APPLICATIONS IN PLANNING

Rodrigo da Silva Rodrigues

Doutor em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco UFPE

ORCID: 0000-0002-7453-2742

E-mail: rodrigo.geo.grafia@hotmail.com

RESUMO

A necessidade de intervir com maior intensidade na realidade por conta do cenário de grandes transformações políticas, econômicas, técnicas, sociais e culturais, especialmente a partir do século XX, levou algumas ciências humanas, entre elas a Geografia, a caminharem nesta direção. Este trabalho tem como objetivo sistematizar alguns apontamentos sobre as contribuições e aplicações da Geografia na área do Planejamento. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica, com uma atenção especial a geógrafos brasileiros de reconhecidas contribuições ao tema, especialmente da segunda metade do século XX como Santos (1959), Geiger (1967), Andrade (2010), Becker (1991; 1988) e Corrêa (2005). Apesar das limitações da convergência entre a Geografia e o Planejamento, dada as limitações teórico-metodológicas de áreas distintas, acredita-se que a ciência geográfica tem muito a contribuir com a reflexão e prática do planejamento econômico, regional e urbano, baseado tanto nas ricas discussões teóricas já realizadas, como nos exemplos práticos do relacionamento dessas duas áreas e também na impossibilidade de se pensar intervenções na sociedade, sem considerar a sua espacialidade intrínseca, o campo de especialidade da Geografia.

Palavras-chave: Geografia; planejamento; gestão do território; Geopolítica.

¹ Este texto sintetiza a fala do autor na Sessão de Palestras 1, "A Geografia e suas aplicações no planejamento de espaços urbanos e no estudo de atividades econômicas: bases conceituais, produção recente e indicações de pesquisas", em que participou juntamente com a Prof. Dr^a. Diana Pereira de Carvalho e o Prof. Dr. Antônio Cardoso Façanha, no dia 10 de abril de 2017, durante o evento "I Seminário Perspectivas dos Estudos Geográficos no Brasil: Estudos Geográficos do Meio Ambiente e dos Espaços Urbanos", que teve como coordenador geral o Prof. Dr. Francisco de Assis Veloso Filho.

ABSTRACT

The need to intervene with greater intensity in reality, due to the scenario of major political, economic, technical, social and cultural transformations, especially from the 20th century onwards, led some human sciences, including Geographers, to move in this direction. This study aims to systematize some notes on the contributions and applications of Geography in the area of Planning. The methodology consisted of a literature review, with special attention to Brazilian geographers of recognized contributions to this subject, especially from the second half of the 20th century, such as Santos (1959), Geiger (1967), Andrade (2010), Becker (1991; 1988) and Corrêa (2005). Despite the limitations of the convergence between Geography and Planning, given the theoretical-methodological limitations of different areas, it is believed that geographic science has much to contribute to the reflection and practice of economic, regional and urban planning, based both on the rich theoretical discussions already carried out before, as in the practical examples of the relationship between these two areas and also in the impossibility of thinking about interventions in society, without considering its intrinsic spatiality, the specialty field of Geography.

Keywords: *Geography; planning; territory management; Geopolitics.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo sistematizar alguns apontamentos sobre as contribuições e aplicações da Geografia na área do Planejamento. Para tanto, foram levantados trabalhos, especialmente de alguns geógrafos brasileiros com destacadas contribuições e atuações nessa temática, especialmente da segunda metade do século XX. Este período foi marcado por grandes transformações no espaço geográfico do país, onde a atividade do planejamento teve grande relevância neste cenário de mudanças, sendo o período também em que a ciência geográfica se consolidou tanto no âmbito acadêmico como no que concerne a suas aplicações práticas em instituições de pesquisa e de gestão.

O texto está estruturado em quatro partes, para além desta introdução. Primeiramente, são apresentados e discutidos o papel e as possibilidades de atuação da Geografia na atividade do Planejamento, bem como são

apontados alguns casos desta aplicação no mundo e no Brasil, destacando alguns exemplos no planejamento econômico, regional e urbano. Em seguida, é discutida a questão da gestão pública e privada do território, e de como a Geografia e a Geopolítica podem contribuir neste debate. Por fim, são apontados os limites e as possibilidades dessa relação entre as duas áreas científicas, e as conclusões finais do texto.

A GEOGRAFIA E O PLANEJAMENTO: ALGUNS APONTAMENTOS

Especialmente a partir do século XX, o mundo sofreu cada vez mais transformações nas dimensões política, econômica, técnica, social e cultural. Não que a história da humanidade tenha estado estagnada sem sofrer alterações antes deste período histórico. Pelo contrário, a sociedade nunca foi estática e sempre esteve em mutações nas dimensões mencionadas, contudo, o diferencial do período destacado é a velocidade destas transformações em função de fenômenos como a globalização, a evolução técnico-científica, a maior intensidade das migrações (de modo permanente ou temporário), entre outros fatores, o que permitiu um maior contato entre os povos, crescimento econômico dos países e, paralelamente, uma maior disparidade entre estes, além de reflexos na ciência.

A necessidade de se intervir na realidade por conta do cenário que se desenhou ao longo do século XX levou as ciências humanas e, entre elas, a Geografia, a evoluírem no sentido de focar suas pesquisas, seus estudos e seus esforços na direção da construção de conhecimentos que visassem à intervenção na sociedade. Se, num primeiro momento, a Economia foi pioneira e talvez a principal ciência na defesa desta bandeira, logo a Geografia também teve a sua participação, tendo em vista a inevitável necessidade de se considerar a dimensão espacial dentro do planejamento.

Lacoste (1988, p. 146), ao falar dos Estados Unidos da América (um dos primeiros países a desenvolver uma Geografia a serviço do planejamento), dizia que:

[...] as pesquisas em geografia 'aplicada' se desenvolveram primeiro no prolongamento dos estudos do mercado, realizados pelos economistas, que foram levados, por razões de eficácia, apreender a dimensão espacial, fator evidentemente essencial aos Estados Unidos.

Concordando que estes aspectos seriam motivadores da inserção cada vez maior da Geografia no planejamento, Santos (1959), indicava-os como fomentadores desse novo papel da Geografia na realidade. Assim, como causadores da progressiva participação de estudos geográficos no planejamento, teríamos:

Em primeiro lugar, a evolução histórica geral, que se traduziu pelo desaparecimento do liberalismo econômico, pela tomada de consciência a complexidade cada vez maior dos problemas de organização e a necessidade de preparar as decisões [...]. Em segundo lugar, a própria evolução geográfica, isto é, de seus métodos e de sua concepção. Tornando-se mais objetiva, tornou-se também mais eficaz (Santos, 1959, p. 101).

Geiger (1967, p. 111) também nos fala dessa nova postura da Geografia, na sua interpretação da sociedade, de forma bem sintética, ao indicar que “o avanço da Geografia como disciplina chamada a participar no planejamento se relaciona a dois movimentos de encontro: o progresso da economia espacial e o desenvolvimento da Geografia ativa”. Diante disso, parece ficar claro que a Geografia assume por volta da metade do século XX uma nova posição diante da realidade que se formava, dando uma contribuição bem maior ou mais direta à sociedade na medida em que passa a direcionar seus estudos com vistas a melhorar o mundo, a aplicar suas pesquisas de forma mais prática e a proporcionar subsídios a uma intervenção que objetive um melhor desenvolvimento do objeto ou região estudada.

Em texto publicado originalmente em 1963 (de uma comunicação apresentada à II Conferência de Professores de Faculdades de Ciências Econômicas do Brasil, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife), Andrade (2010) contribui para a discussão destacando a importância da Geografia para a atividade do planejamento, apontando exemplos das participações de geógrafos nessas atividades em alguns países.

Primeiramente, o autor evidencia a pouca valorização da Geografia enquanto ciência que pode ajudar a resolver os problemas da sociedade, em comparação a outras ciências humanas, como a Sociologia, a Psicologia ou a Antropologia. O motivo disso seria a concepção construída no senso comum ao longo dos anos de que a Geografia seria relegada a funções escolares básicas, por exemplo, levando “[...] as pessoas de nível cultural médio a considerá-la um mero catálogo de nomes de acidentes geográficos, de relação de altitudes, de extensão de rios, de população de cidades, etc.” (Andrade, 2010, p. 47). No Brasil, isso geraria problemas, como a elaboração de planejamentos baseados em realidades distantes das apresentadas aqui no país, por exemplo.

O autor resgata a importância dos geógrafos pioneiros na sistematização desta disciplina, como Alexander Von Humboldt e Carl Ritter, especialmente para os estudos ambientais e, posteriormente, Friedrich Ratzel e Paul Vidal La Blache, para o desenvolvimento da Geografia Humana ou Econômica. Destaca ainda o papel de W. Morris Daves, nos EUA, de Passarge, na Alemanha e, ainda, Jean Brunhes e Emanuel de Martonne, na França, sobretudo no que tange à caracterização do objeto dessa ciência e na formulação de um método baseado nos princípios geográficos (Moraes, 2002). Assim, o autor descreve as fases do trabalho do geógrafo com uma espécie de trajeto metodológico, que podemos visualizar no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Etapas do trabalho do geógrafo e princípios geográficos

Etapas do trabalho do geógrafo	Descrição/caracterização da etapa	Princípio geográfico embarador
1ª Etapa	Delimitar a área a ser estudada	Princípio da extensão
2ª Etapa	Comparar as paisagens aí existentes com a de outras regiões	Princípio da analogia
3ª Etapa	Explicar a causa da formação das paisagens	Princípio da causalidade
4ª Etapa	Analisar as paisagens existentes ligando-as com o passado	Princípio da atividade
5ª Etapa	Analisar os fatos com uma visão de síntese	Princípio da conexidade

Fonte: Autor, com base em Andrade (2010).

Pelo caráter de ter essa especificidade - em relação a outras ciências - de estudar tantos os aspectos relacionados à natureza como os aspectos relacionados à sociedade, a Geografia teria, para o autor, papel de destaque. Assim:

Com essa dupla formação está o geógrafo, melhor que qualquer outro especialista, capacitado a fazer uma descrição global das paisagens de uma região para a qual se quer fazer um plano de desenvolvimento. Realizar um trabalho preliminar de síntese, levantando uma série de problemas que serão analiticamente dissecados por especialistas de outras ciências como geólogos, hidrologistas, sociólogos, antropólogos, economistas, urbanistas, etc (Andrade, 2010, p. 48).

Diversos são os exemplos de realizações importantes de uma Geografia voltada para o planejamento no mundo, ou seja, de trabalhos geográficos destinados a servirem ao planejamento da sociedade. Quando o sistema socialista ainda era um rival à altura do sistema capitalista, a participação dessa ciência era bastante forte na elaboração do planejamento. “Na Rússia, por exemplo, onde os planos quinquenais sempre tiveram a cooperação dos

geógrafos, ambos os ramos da geografia se esforçaram por uma aplicação sempre crescente dos respectivos estudos" (Carvalho; Santos, 1965, p. 253).

Ao longo do século XX, nos países capitalistas², houve o crescimento tanto do planejamento como da participação do geógrafo nessa atividade. Na verdade, foi nos Estados Unidos que primeiramente se desenvolveram pesquisas em Geografia aplicada ao planejamento e onde tais pesquisas contaram com maiores recursos para se disseminar. Entre os motivos desse pioneirismo em relação aos países europeus como França e Alemanha (nos quais a Geografia se sistematizou primeiro), podemos mencionar, o fato do atraso dessa disciplina no âmbito escolar ou mesmo universitário. "De fato, essa geografia, que não está ligada ao funcionamento de uma máquina para fabricar professores, parece cada vez mais útil àqueles que estão à testa das grandes firmas e do aparelho do Estado" (Lacoste, 1988, p. 145-146).

Em países subdesenvolvidos também ocorreram iniciativas nesse âmbito. Carvalho e Santos (1965) nos falam, por exemplo, de alguns casos no continente africano, destacando pesquisas em Geomorfologia e Hidrografia em países como Costa do Marfim, Senegal e Sudão. No Brasil, Carvalho e Santos (1965, p. 255) enumeram algumas dessas experiências. Assim, "em Pernambuco, [...] os geógrafos têm realizado diversas pesquisas sobre os chamados 'rios do açúcar' [...] e os 'rios da carnaúba'". Os autores citam experiências desse processo em outras regiões. As pesquisas de Geografia direcionadas ao auxílio do planejamento também se disseminaram a partir do relacionamento e contatos de estudiosos e instituições brasileiras com os de outros países³.

² Carvalho e Santos (1965, p. 253) nos dão outro exemplo da participação da Geografia no auxílio ao planejamento em um país de economia capitalista: "Na Inglaterra, o Prof. Dudley Stamp vem, desde os anos 30, com a criação do '*Land Utilisation Survey*', orientando seus estudos nos espíritos da geografia aplicada. Assim, é que realizou importante estudo sobre a utilização de toda a superfície do país, detendo-se, especialmente, no uso da terra, do qual resultou pela primeira vez uma carta pormenorizada de utilização do solo".

³ Na Bahia, após o XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1956, os contatos estabelecidos com a Universidade de Strasbourg, através da

Recorrendo novamente a Andrade (2010), esse autor também cita exemplos de ações da Geografia nas atividades de planejamento econômico e regional em alguns países. Menciona as contribuições dos geógrafos da Grã-Bretanha, a partir de 1943, na orientação da política de localização industrial e repartição da população nas zonas sinistradas pela guerra e nas superpovoadas, na busca de um desenvolvimento mais racional; e ainda, em estudos para promover o melhor aproveitamento das terras pela agricultura, para uma reorganização e recuperação da agricultura nos anos de pós-guerra.

Nos Estados Unidos, este autor cita a crise de 1929 como gatilho para o início de uma larga utilização de geógrafos, tanto pelas esferas públicas como pelas empresas privadas, no levantamento das paisagens e dos recursos do país e a planificação da exploração de suas riquezas. No setor estatal, foram empregados geógrafos nas áreas militares, cartográficas, geológicas, nos setores de recenseamento, na navegação e na planificação urbana e regional (Andrade, 2010).

Andrade (2010) ressalta que, na França, a tradição funcionou como um entrave ao início de uma maior aplicabilidade da Geografia, tendo permanecido por mais tempo como uma ciência "pura", apenas sendo ensinada em universidades. Contudo, os geógrafos tiveram participação em estudos e atividades de planificações em alguns países africanos, como Senegal, Níger e Gabão, entre outros, além das contribuições de Jean Tricart, em especial, no Brasil.

Nos países socialistas, os geógrafos desempenharam um papel particular após a revolução bolchevista, desenvolvendo estudos que levantassem maiores informações do grande território da União Soviética,

influência valiosa e amiga do Prof. Jean Tricart, possibilitaram o aperfeiçoamento do seu pequeno grupo de geógrafos, bem como a fundação, em janeiro de 1959, do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, a primeira organização especificamente de geografia aplicada no Brasil, [...] resultante do convênio entre a Universidade de Strasbourg e a Universidade da Bahia (Carvalho; Santos, 1965, p. 255).

ainda pouco conhecido à época. Porém, suas funções não se limitavam ao diagnóstico das paisagens e recursos do território soviético, mas também objetivavam “contribuir para uma melhor distribuição dos novos parques industriais que visam o desenvolvimento harmônico de todo nacional, evitando os desequilíbrios entre as várias regiões” (Andrade, 2010, p. 52), além de terem ajudado a aplicar seus conhecimentos na reconstrução das cidades destruídas na Segunda Guerra.

Por fim, o autor faz um apanhado da atuação dos geógrafos brasileiros, desde os estudos pioneiros de Delgado de Carvalho, Raimundo Lopes e Agamenon Magalhães, antes da década de 1930, passando por avanços, como a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fundação dos cursos superiores de Geografia, a criação de cadeiras de Geografia Econômica nas faculdades de Ciências Econômicas, além da fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Destaca ainda os trabalhos publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, pelo Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil, além dos trabalhos realizados nas Assembleias Gerais da AGB, que sempre contavam com estudos de campos nas cidades e regiões onde se realizavam os encontros. Especificamente sobre a atuação de geógrafos brasileiros em atividades de planejamento econômico e regional, Andrade (2010, p. 53) nos coloca que:

Merecem referência o trabalho realizado em 1954 e 1955, pela A.G.B. sob a direção do Prof. Dirceu Lino de Matos sobre a região Drenada para a bacia Paraná-Uruguai, os estudos feitos na Bahia pelo Laboratório de Geografia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, na bacia do Paraguaçu, os estudos de geografia industrial feitos pelo Conselho Nacional de Geografia na Zona da Mata de Minas Gerais sob a direção de Pedro Geiger e o levantamento geoeconômico do Município de Cabrobó, realizado pelo Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEP A) para o Departamento de Águas e Energia (DAE), visando à instalação de uma rede para eletrificação rural no referido município do sertão pernambucano.

Diante disso, fica clara a importância da Geografia para as atividades relacionadas ao planejamento econômico, regional e urbano ao longo do século XX, tanto no mundo (em países desenvolvidos e subdesenvolvidos), como no Brasil, em maior ou menor intensidade.

Sobre o planejamento urbano, Carvalho e Santos (1965) tratam do papel que a Geografia tem a cumprir no planejamento das cidades. Apesar da contribuição significativa que o geógrafo pode dar ao planejamento urbano, muitas vezes sua participação é escassa ou mesmo nula.

O desconhecimento da contribuição dos geógrafos urbanos tem, muitas vezes, levado urbanistas e arquitetos a desdenhar de sua colaboração, ao estabelecerem seus planos de urbanismos. Como os escritórios raramente dispõem de pessoal habilitado, o resultado é que esses planos, que oferecem vistosas construções, aparentemente arquitetadas com lógica, não raro pecam pela base, pois não se firmam no conhecimento prévio de como os fatos se passam e da profunda interrelação que mantêm, dentro do organismo urbano e com a sua região de influência (Santos, 1959, p. 106).

Faissol (1988) traz elementos para entendimento das contribuições que a Geografia pode trazer ao planejamento e, de modo particular, no planejamento urbano. Filtrando de forma mais específica em relação ao planejamento das cidades, o autor destaca, por exemplo, o papel que foi atribuído ao IBGE em relação à escolha da nova capital do país, na época da fundação de Brasília. Essa participação se deu, primeiramente, na questão da seleção do sítio para a localização da 'nova capital', além da avaliação da posição desta no contexto nacional.

Como a elaboração do planejamento e dos planos urbanos em geral fica por conta do Estado, em suas diversas instâncias e níveis, dos quais nem sempre os geógrafos têm a oportunidade de participar diretamente (Clark, 1991; Santos, 1959), esse profissional pode colaborar de outra forma: estudar ou analisar o planejamento ou os planos urbanos elaborados. Desse modo, ao tornar o planejamento urbano como seu objeto de estudo, o geógrafo pode também contribuir, através de sua discussão, para a evolução do

planejamento e do espaço urbano e da sociedade. Assim, os geógrafos urbanos “[...] não podem mais se restringir à consideração dos sub-processos subjacentes econômicos, sociais e ambientais: os efeitos do planejamento sobre os padrões e problemas urbanos também devem ser considerados” (Clark, 1991, p. 227).

GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TERRITÓRIO

Becker (1988) faz um importante resgate da discussão das relações da Geografia com a Geopolítica, destacando que esta quebra de barreiras entre as disciplinas foi um dos novos paradigmas, do final do século XX. A autora aponta que o controle do espaço se configura cada vez mais como um controle social e, no caso particular do Brasil da segunda metade do século XX – quando o regime ditatorial que vigorou por boa parte desse período, trouxe um controle e fechamento das informações -, essa discussão se torna ainda mais válida.

A autora evidencia a necessidade de se superar a concepção naturalizada (de determinações geográficas e/ou econômicas) do espaço para se recuperar e revalorizar a sua dimensão política. Ela destaca o pioneirismo de Ratzel, enquanto primeiro momento epistemológico da Geografia, embora com a concepção naturalizada e limitada do político, configurado na figura do Estado. A autora elenca, especialmente, duas grandes contribuições do autor alemão: a Geografia Política como base de uma tecnologia espacial do poder do Estado, e a busca de leis gerais sobre a relação Estado-espaço.

Becker (1988) critica o fato de os geógrafos terem negligenciado por muito tempo a importância de Ratzel, cujos estudos foram apropriados por outra disciplina, a Geopolítica. A autora aponta como um equívoco ter se distanciado da discussão política, sendo fundamental retomar essa discussão, ao passo que:

[...] repensar a Geografia envolve necessariamente o desvendar da Geopolítica, sua avaliação crítica e seu resgate, e o trazer desse conhecimento para debate na sociedade. Em outras palavras, nesse campo de preocupações, à Geografia caberia a teorização sobre a prática estratégica desenvolvida pela Geopolítica (Becker, 1988, p. 100).

Além de Ratzel, são apontadas duas outras contribuições importantes da Geografia para o resgate do flerte entre Geografia e Geopolítica: a de Lacoste, que destaca o potencial político do espaço, caracterizando-se por oferecer uma proposta mais metodológica do que propriamente teórica; e a contribuição dos geógrafos neomarxistas, que limita o espaço à sua natureza econômica, na medida em que simplifica a realidade, extremamente mais rica de informações e dimensões de análise.

Avançando cronologicamente, Becker (1988) destaca o período pós Segunda Guerra como um momento crucial no desenvolvimento histórico do capitalismo, que passou a se reproduzir não apenas no âmbito da economia, mas em todas as esferas das relações sociais, tendo o Estado papel para instrumentalizar e dar condições para a reprodução do capital e do espaço. A autora evidencia duas questões centrais para a retomada da discussão da Geografia no diálogo com a Geopolítica do final do século XX: a evolução tecnológica e a questão territorial.

A autora estabelece três tendências associadas ao vetor tecnológico, que refletem novas estratégias espaciais e estatais: a crescente internacionalização da economia capitalista, principalmente no que tange ao crescimento das grandes corporações; as estratégias planetárias, como a divisão internacional (espacial) do trabalho e o papel das comunicações e dos transportes, alicerces desse processo; e a nova forma do Estado, frente ao crescimento do poderio das grandes corporações, ao passo que embora as nações "deixam de ser as unidades econômicas da nova realidade histórica, elas se mantêm como unidades políticas, condicionando a reestruturação econômica" (Becker, 1988, p. 105). O Estado continuaria com seu papel de interventor, mas agora numa nova abordagem.

Essas tendências causaram profundas alterações nos fluxos financeiros e informacionais, o que acarretou, conseqüentemente, transformações na Geopolítica e nas relações de poder manifestadas nos espaços. Essas redes e flexibilidades ofereceram uma dupla possibilidade: a tendência a maior expressão de processos democráticos ou, contraditoriamente, um maior autoritarismo e controle (Becker, 1991).

Outra questão fundamental do final do século XX para o entendimento das relações do Estado com o espaço e a sociedade (e para a gestão por parte do Estado) é foi a questão territorial. A autora dá especial atenção aos movimentos reivindicatórios pelo uso do espaço e seus impactos para as relações de poder no espaço. (há repetições de idéias por todo o texto, cuidado!)

Nesse contexto, Becker (1988) enfoca as discussões até então desenvolvidas num conceito importante para o debate aqui proposto: a Gestão do Território. Primeiramente, a autora distingue Territorialidade e Gestão do Território. Assim, a territorialidade “é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do reforço do controle sobre uma área geográfica específica [...] É a face vivida do poder” (Becker, 1988, p. 108), enquanto a Gestão do Território “é a prática estratégica, científico-tecnológica do poder no espaço-tempo” (Becker, 1988, p. 108) ou ainda “a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações” (Becker, 1991, p. 178). Outras características importantes da Gestão: o caráter estratégico, científico-tecnológico e a presença de elementos de administração de empresas e governamentalidade.

A autora relaciona a gestão com a questão da escala, onde propõe “[...] que as ordens de grandeza devem ser definidas por níveis significativos de territorialidade e/ou gestão do território, arenas políticas, expressões de uma prática espacial coletiva” (Becker, 1988, p. 109). Descreve, ainda, como

a gestão se manifesta ou expressa nas escalas cósmica, global, do Estado-nação, regional e no nível de lugar. Essa discussão é importante na medida em que “[...] as escalas geográficas, entendidas como arenas políticas dinâmicas e articuladas, permitem quebrar compartimentações fossilizadas do espaço” (Becker, 1988, p. 109).

Após esta discussão teórica generalista, Becker (1988) organiza considerações sobre o projeto geopolítico do Brasil no período da Ditadura Militar e sobre como alguns atores (Forças Armadas e Classe Média) atuaram de forma articulada para pôr em execução um processo de modernização da nação que, embora tenha logrado êxito em alguns aspectos (modernização econômica do espaço e do aparelho do Estado, expansão dos processos de urbanização e metropolização, uma maior ocupação do interior), foi marcado por muitas ambiguidades, o que acarretou no seu esgotamento, como a persistência das desigualdades de renda, a modernização induzida de forma desigual no território e o autoritarismo.

Becker (1988) aponta também, como uma tendência nova do fim do século XX, a gestão privada do espaço, da qual o Estado é um dos atores participantes, e que se manifesta de várias formas, como é o caso dos elementos de administração de empresas, inerentes à sua abordagem do conceito de gestão (já mencionado no corpo do trabalho), além dos fenômenos da estatização e da privatização. Ademais, o “conceito de gestão ressurgiu então, ampliado, como uma necessidade de superar o escopo da mera administração em face da imbricação crescente entre o público e o privado” (Becker, 1991, p. 178-179).

A ocorrência desses processos não significa uma perda de importância do Estado, mas apenas um novo cenário que exige novas formas de sua atuação na gestão do território. Becker (1991) indica 4 argumentos que contradizem a hipótese de negação do Estado no fim do século XX: primeiramente, o fato de que o mercado não é um jogo de forças que se desenvolve sozinho, e sim um processo social e político; o fato dos territórios

nacionais fundamentarem juridicamente a propriedade privada e o mercado de trabalho; a questão das guerras e conflitos que exigem decisões e estratégias por parte dos Estados; e, por fim, o sistema moderno de divisão e consolidação de Estados assegura as condições para a relação centro-periferia, a divisão internacional do trabalho e as trocas desiguais.

Becker (1991) finaliza a discussão do novo contexto da gestão do território, dialogando com a escala local, na medida em que estes são espaços de convivência mais perceptível e próxima dos indivíduos, exigindo-se para a sua gestão, “a participação da população e do saber local na formulação e na execução das estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas” (Becker, 1991, p. 179). Este é um novo paradigma do final do século XX: o da inserção da participação popular nos processos de tomada de decisão.

As cidades deixam de ser apenas o locus do poder do estado. Se na antigüidade a cidade-estado revelava a simbiose do poder estatal com esses pontos delimitados do espaço, e o estado moderno teve a cidade como centro, hoje elas se diferenciam e hierarquizam segundo a acessibilidade às redes e a capacidade das iniciativas locais. Em suma, constituem-se como lugar privilegiado para a gestão do território efetuada pelo poder local (Becker, 1991, p. 179).

Ainda, sobre a gestão privada do Estado, apontada como uma “tendência” no fim do século XX e início do século XXI, Corrêa (2005) nos oferece importante contribuição, discutindo o impacto das corporações para a organização do espaço e, conseqüentemente, para a sua gestão. Assim, ele nos diz que as grandes corporações causaram uma nova divisão internacional do trabalho e uma especialização sincrônica, como por exemplo, a produção dos vários componentes de um produto em diversas partes do planeta. Esse fenômeno trouxe impactos espaciais, tanto nos espaços de produção (com o surgimento de áreas especializadas), como nos espaços urbanos, o que tem implicado em impactos também na gestão do território.

Criação de áreas de produção especializada e novas atividades urbanas, ambas articuladas entre si através da produção que circula entre elas e do processo de gestão que as integra em uma mesma organização, estão entre os impactos que a grande corporação gerou quando se considera o conjunto dos países (Corrêa, 2005, p. 213).

O autor discute, ainda que de modo superficial, os fatores geradores do surgimento das grandes corporações, que são resultado tanto da competição entre as empresas capitalistas quanto dos conflitos entre capital e força de trabalho. Ambos os processos estão vinculados à ampliação das taxas de lucros, objetivo maior do sistema capitalista, e que têm na organização sob grandes corporações e na nova divisão internacional do trabalho, um terreno fértil para diminuição de custos e, conseqüentemente, aumento das taxas de lucros.

Corrêa (2005) aponta cinco características das grandes corporações, a saber: a ampla escala de operações, que se refere às unidades produtivas e de serviços que a corporação possui (sede, centro de pesquisa e desenvolvimento, depósitos, unidades fabris, escritórios de vendas, etc.); a natureza multifuncional, que implica em três modos de expansão da empresa (o horizontal, o vertical, e o conglomerado); a segmentação, que diz respeito ao seu caráter multifuncional com diferenciações de segundo nível tecnológico e divisão do trabalho; as múltiplas localizações, em decorrência das diferenciações em relação à força de trabalho, especialização funcional, mercado consumidor, etc.; e, por fim, o enorme poder de pressão econômica e política, em que entra a questão da gestão do território, entendida como "o conjunto de práticas econômicas e políticas visando o controle da organização espacial" (Corrêa, 2005, p. 218).

Outro ponto que o autor sublinha é a integração territorial oriunda do crescimento das grandes corporações. Tal fator ocorreria de dois tipos ou modos: a integração territorial administrativa e a integração territorial vinculada à produção. O primeiro tipo de integração territorial apresentaria três níveis hierárquicos:

O nível III refere-se à administração das operações diárias da corporação, obedecendo regras preestabelecidas. O nível II tem como função a coordenação dos administradores do nível III; dispõe [...] de uma escala de tempo que é definida como de médio prazo. O nível I, por sua vez, corresponde ao nível superior, tendo como função a fixação de objetivos e o planejamento a longo prazo, definindo as regras em que os dois níveis inferiores devem atuar (Corrêa, 2005, p. 223).

Sobre o segundo tipo de integração territorial (vinculado à produção), o autor coloca que a sua espacialidade é mais complexa, não possuindo o caráter hierárquico (diferente do primeiro tipo de integração). Isso se traduz na forma de fluxos das redes urbanas, com centros funcionalmente especializados e ligações diversas entre seus diversos pontos.

De toda forma, apesar das diversas contribuições de geógrafos na área do planejamento, como as mencionadas neste texto, um entrave dos estudos geográficos nesta temática se refere à consciência dos próprios limites da geografia, como nos diz Geiger (1967, p. 17):

[...] um bom trabalho geográfico pode atingir a diagnose, isto é, apontar os problemas socioeconômicos de um espaço em relação ao desenvolvimento geral do país a que ele pertence. No entanto a sua compreensão plena resulta de um trabalho interdisciplinar (Geiger, 1967, p. 117).

Apesar de ser uma ciência que busca relacionar os diversos fatores que estruturam o espaço geográfico ou a relação da sociedade com a natureza, o geógrafo deve ser consciente que seu trabalho não é mais nem menos importante que os de outros planejadores, sendo sempre necessário o maior número de abordagens de uma realidade para o seu maior entendimento e, conseqüentemente, uma intervenção mais satisfatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações no âmbito da convergência entre a Geografia e o Planejamento, oriundas das próprias limitações teórico-metodológicas

destas áreas, além das barreiras pra o fomento de uma interdisciplinaridade de forma substancial, acredita-se que a ciência geográfica tem muito a contribuir com o debate e a prática do planejamento (econômico, regional e urbano), baseado tanto nas significativas discussões teóricas já desenvolvidas, bem como nos exemplos aplicados do relacionamento entre estas duas áreas ao longo da história.

A ciência geográfica tem uma ampla contribuição no planejamento dos espaços, tanto urbanos quanto rurais, bem como nos demais tipos de ocupação (florestas, áreas de produção, áreas de exploração dos recursos naturais etc.), como exposto nos trabalhos mencionados neste texto, e tem muito a contribuir, sobretudo num mundo e sociedade em constante transformações. É interessante que o geógrafo não seja secundarizado nas atividades de planejamento, tendo em vista a sua contribuição na reflexão sobre as intervenções da sociedade sem levar em consideração a questão espacial intrínseca, que é a 'expertise' do geógrafo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. A geografia e sua contribuição ao planejamento regional e à formação do economista. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, v. 3, ed. especial, p. 45-55, ago. 2010.

BECKER, Bertha Koifmann. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. especial, tomo 2, p. 99-125, 1988.

BECKER, Bertha Koifmann. Geografia Política e gestão do território do limiar do século XXI. Uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, 1991.

CARVALHO, Anna; SANTOS, Milton. Geografia aplicada. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 185, p. 249-258, mar./abr. 1965.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FAISSOL, Speridião. Planejamento e Geografia: exemplos da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 2, p. 85-98, 1988.

GEIGER, Pedro Pinchas. Geografia e Planejamento. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, jul./set. 1967.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Marília Cecília França. Campinas: Papyrus, 1988.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Milton. Geografia e Desenvolvimento Econômico. **Conferência pronunciada no Curso de Desenvolvimento Econômico**, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia – Salvador, 16 de fevereiro de 1959.